



ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DO DIA
Identificação: CIDADES 7
Data: 09/11/2012

Ação do MP pede que Estado reassuma Huse

Kátia Azevedo

katiaazevedo@jornaldodiase.com.br

A promotoria da Saúde do Ministério Público Estadual decidiu mover uma ação civil pública solicitando ao Poder Judiciário que o Estado reassuma a gestão do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) e da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes (MNSL).

Caso o Tribunal de Justiça acate a solicitação do órgão, o processo de transferência de gestão das duas unidades da Fundação Hospitalar de Saúde para a Secretaria de Estado da Saúde (SES) deve ocorrer em um prazo máximo de 30 dias.

A FHS chegou a solicitar o adiamento da audiência que seria realizada na tarde de ontem com representantes dos órgãos. A decisão do Ministério Público Estadual é resultado de uma crise desencadeada na FHS com passivos atrasados que vêm comprometendo a operacionalização do órgão.

"Já tínhamos documentos comprobatórios suficientes. Infelizmente, tivemos que tomar logo essa decisão, pois não podíamos procrastinar essa situação", justificou Euzá Missano, promotoria da Saúde do Ministério Público Estadual.

Ela cita uma lista de problemas envolvendo a falta de medicamentos oncológicos aos pacientes do Sistema Único de Saúde, da descontinuidade no fornecimento de materiais, insumos e até do raciona-

mento de alimentação. A promotora explicou que é inadmissível a atual situação da falta de remédios no maior hospital público do Estado, além da falta de insumos (luvas, reagentes laboratoriais).

"O objetivo da Fundação era o de facilitar e desburocratizar esse processo de compras. O que estamos observando agora é o contrário. É empatar a assistência por conta do desabastecimento", critica.

Hospitais públicos - O Estado deve reassumir todo o gerenciamento dos principais hospitais públicos, o Huse e a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, que é especializada em partos de alto risco. Inclusive, mantendo o poder de compra para abastecer os hospitais e realizando intervenção fiscalizatória na FHS com uma supervisão necessária e apresentação de relatório técnico em 60 dias.

No relatório deverá constar o cumprimento dos objetivos assumidos com a constituição da Fundação e obtenção de eficiência administrativa e financeira, indicando todos os resultados alcançados e as metas que foram compactuadas no contrato estatal de serviço.

O MPE quer também, no prazo de cinco dias, o relatório completo de gestão desses hospitais no ano de 2011, tendo inclusive a prestação de contas do mesmo ano. Para o descumprimento da ação, se prevê multa diária de R\$ 5 mil.



A PROMOTORA EUZÁ MISSANO: TRANSFERÊNCIA DEVE OCORRER EM 30 DIAS

Mesmo movida a ação, o MPE ainda deverá aguardar a decisão final do Poder Judiciário. A promo-

toria Euzá Missano avalia que há uma crise na saúde pública, e que tem prejudicado, excessivamente, a as-

sistência aos pacientes.

"Nós recebemos diariamente pessoas que buscam medicação para cân-

cer, que necessitam de cirurgias para patologias graves e que não estão encontrando assistência necessária", diz.

Atualmente, a Fundação Hospitalar gerencia 13 unidades hospitalares: Hospital de Urgência de Sergipe (Huse); Maternidade Nossa Senhora de Lourdes; os hospitais regionais de Itabaiana, Lagarto, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora do Socorro, Própria; as unidades de pronto atendimento de Boquim, Neópolis e Tobias Barreto; a maternidade de Capela; o Centro de Endemias em Aracaju; além do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu 192 Seraipe).

Relatório do TCE aponta falta de medicamentos na Oncologia do Huse

Um relatório preliminar da auditoria operacional que o Tribunal de Contas do Estado (TCE) vem realizando no setor de Oncologia do Hospital de Urgência de Sergipe (Huse) foi apresentada ao colegiado na sessão plenária de ontem, 8, pelo conselheiro-relator, Reinaldo Moura.

Atual responsável pela análise das contas da Saúde estadual, o conselheiro observou que a exposição da parcial se fez necessária devido às deficiências encontradas, sobretudo no que concerne à disponibilidade de medicamentos.

Segundo o relatório, em visita à Central de Logística (Celog) e à farmácia do Serviço de Oncologia, foi constatado que,



O CONSELHEIRO REINALDO MOURA DURANTE A SESSÃO DO TCE

dos 195 medicamentos disponibilizados pelo Centro de Oncologia, 59 encontram-se com estoque zero, o que corresponde a 30,26% do total, sendo

12,82% dos medicamentos comuns, 1,54% dos controlados, 12,86% oncológicos e 3,08% de alto custo.

"Eu trouxe um relatório preliminar cuidando apenas

da parte referente a medicamentos, que é onde está a maior queixa. São quase 60 medicamentos que estão faltando e é evidente que quem está em tratamento de câncer não pode aguardar", afirmou o conselheiro, lembrando que a inspeção na Oncologia foi proposta pelo procurador-geral do Ministério Público de Contas, José Sérgio Monte Alegre.

Além de apresentar o relatório preliminar ao colegiado, o conselheiro Reinaldo Moura, ainda nesta quinta, encaminhou ofício ao gestor da Fundação Hospitalar de Saúde estabelecendo o prazo de 15 dias para que sejam adotadas as providências necessárias à regularização da oferta dos medicamentos.